



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 270-1/2026

O termo de referência é um documento da fase preparatória do processo licitatório (art. 18, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021), cuja função é definir o objeto que será contratado pela administração para o atendimento de uma necessidade, devendo estar alinhado com o Estudo Técnico Preliminar, quando houver. O termo de referência possui fundamentação no inciso XXIII, do art. 6º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

O presente documento ainda não se trata de minuta padronizada cuja utilização seja obrigatória. Todavia, recomenda-se fortemente seu uso, pois trará mais celeridade tanto para a unidade responsável pela descrição do objeto a ser contrato, quanto para as demais áreas envolvidas, especialmente as de compras e as jurídicas.

1. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O Município de São Francisco do Guaporé/RO, por meio Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, em conformidade com os procedimentos legais vigentes, pretende realizar a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA (ELETROCARDIOGRAFO) DIGITAL E PORTÁTIL**, destinado à Unidade Básica de Saúde Romana Izabel, localizada na zona rural do município, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste instrumento, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Valor Médio Estimado	Valor Total Estimado
01	ELETROCARDIOGRAFO DIGITAL PORTÁTIL: Mínimo de 12 canais simultâneos; Tela colorida para pré-visualização dos traçados; Modos de operação manual e automático; Bateria interna recarregável de longa duração (compatível com uso em zona rural);	UND	1	R\$ 12.056,67	R\$ 12.056,67

1





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

	Memória interna para armazenamento de exames; Porta USB ou conexão para transmissão de dados; Acessórios inclusos: 01 cabo de paciente (10 vias), kit de eletrodos precordiais (ventosas), kit de eletrodos de membro (clipes), cabo de alimentação e manual em português.				
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 12.056,67

2.2. Os bens desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se devidamente detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A presente contratação está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme disposto no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Memorando nº 149/ADM-SEMUSA/2026, que originou o presente processo administrativo.

3.3. A aquisição visa à execução da Emenda Parlamentar Impositiva nº 45/2025, de autoria do Vereador Jorge Antônio Honorato de Souza, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em conformidade com o disposto no art. 30-B da Lei Orgânica Municipal.

3.4. A necessidade da contratação decorre da ausência de equipamento de eletrocardiograma na Unidade Básica de Saúde Romana Izabel, localizada na zona rural do município, o que atualmente obriga o deslocamento de pacientes até a zona urbana para a realização de exames.

3.5. Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, essa limitação compromete a agilidade no diagnóstico, dificulta o acompanhamento clínico dos pacientes e gera custos adicionais com transporte, além de impactar negativamente o acesso aos serviços de saúde pela população rural.

3.6. A aquisição do equipamento permitirá a realização de exames de eletrocardiograma na própria unidade de saúde, promovendo maior eficiência no atendimento, ampliação da capacidade diagnóstica, detecção precoce de doenças cardiovasculares e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

3.7. A contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, ao reduzir despesas com deslocamentos, otimizar recursos públicos e fortalecer a estrutura da atenção básica em saúde no município.

3.8. Ressalta-se que o quantitativo foi definido com base na necessidade de equipar integralmente a Unidade Básica de Saúde Romana Izabel, sendo suficiente para atender à demanda local, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.





4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A solução consiste na **aquisição de 01 (um) aparelho de eletrocardiograma (eletrocardiógrafo) digital e portátil**, classificado como material permanente, destinado à Unidade Básica de Saúde Romana Izabel, com a finalidade de viabilizar a realização de exames cardiológicos na própria unidade, ampliando a capacidade diagnóstica e reduzindo a necessidade de deslocamento de pacientes da zona rural para a zona urbana.

4.2. A contratação será realizada por meio de **dispensa de licitação, na forma eletrônica**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por item**, assegurando a proposta mais vantajosa para a Administração.

4.3. As especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência correspondem aos requisitos mínimos de qualidade e desempenho do equipamento, podendo os licitantes ofertar produtos com características superiores, desde que atendam integralmente às exigências aqui previstas.

4.4. O ciclo de vida do objeto compreende as etapas de aquisição, transporte, entrega, instalação, utilização, manutenção e descarte final. A aquisição será realizada por meio de procedimento eletrônico, garantindo transparência e competitividade. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionado e acompanhado de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.

4.5. Após a entrega, o equipamento será disponibilizado para utilização pela equipe da Unidade Básica de Saúde, possibilitando a realização de exames de eletrocardiograma de forma imediata. Durante sua vida útil, o equipamento deverá contar com suporte técnico e manutenção corretiva, quando necessário, de responsabilidade da contratada, durante o período de garantia.

4.6. Ao final de sua vida útil, o equipamento deverá ter destinação ambientalmente adequada, especialmente quanto aos seus componentes eletrônicos e baterias, em conformidade com a legislação vigente e os princípios do desenvolvimento sustentável.

4.7. A solução adotada mostra-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, considerando a necessidade de estruturação da unidade de saúde, a redução de custos com deslocamento de pacientes, a melhoria na qualidade do atendimento e a compatibilidade com os recursos oriundos da emenda parlamentar impositiva.

4.8. A aquisição do equipamento permitirá a ampliação da capacidade diagnóstica da unidade de saúde, a realização de exames no próprio local, a redução do tempo de atendimento, o aprimoramento do acompanhamento clínico dos pacientes e o fortalecimento da atenção básica em saúde no município.





5. CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, CEP: 76935-000, localizado Avenida Guaporé, nº 4235, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00 às 13h00, ressalvados os feriados e pontos facultativos;

5.2. O prazo para entrega do equipamento será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de fornecimento devidamente assinada pela autoridade competente.

5.3. A entrega deverá ser realizada de forma única, com o equipamento devidamente acondicionado, acompanhado de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

5.4. O equipamento deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, contendo todas as informações exigidas pela legislação vigente, bem como a identificação do processo administrativo e da Nota de Empenho.

5.5. No ato da entrega, será realizada a inspeção por servidor ou comissão designada, com a finalidade de verificar a conformidade do equipamento com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta vencedora, devendo ser substituído no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da Contratante, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.7. O recebimento do objeto dar-se-á de forma provisória, no ato da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações, e de forma definitiva, após a verificação da qualidade, funcionamento e compatibilidade do equipamento, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.8. A Contratada será responsável por todas as despesas relativas ao transporte, carga, descarga e entrega do equipamento, bem como por quaisquer danos causados durante o deslocamento até o local de entrega.

6. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal, contendo os dados da Contratada (CNPJ, razão social, endereço, telefone e data de emissão), acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme legislação vigente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

6.2 O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação;

6.3 Quando houver atraso no pagamento por parte da Contratante, desde que não decorrente de culpa da Contratada, o valor devido será atualizado monetariamente, conforme índice oficial adotado pela Administração, acrescido de juros de mora.

6.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

6.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por ITEM.

7.1.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica;

7.1.3 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão estabelecidas em edital.

8. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

8.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.3 Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica: CNPJ - expedidos pela Secretaria da Receita Federal.

9. QUALIFICAÇÃO FISCAL

5





9.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;

9.2 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de equipamentos similares.

10.2. Serão aceitos atestados que comprovem o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, especialmente aqueles relacionados a diagnóstico cardiológico ou eletrocardiografia, ou ainda equipamentos eletrônicos de natureza e complexidade compatíveis com o objeto da contratação.

10.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam identificar o fornecimento realizado, tais como descrição do objeto, quantitativo, período de execução e identificação da entidade emitente.

10.4. Quando aplicável, poderá ser exigida a comprovação de que o equipamento ofertado possui registro ou cadastro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos da legislação vigente.

10.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, bem como solicitar documentos complementares, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Foi realizada pesquisa de preços por meio de cotações junto a fornecedores do ramo, bem como consulta ao Banco de Preços, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, sendo apurado o valor total estimado da contratação em **R\$ 12.056,67 (doze mil, cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, correspondente à média dos valores obtidos, conforme Relatório de Pesquisa de Preços constante nos autos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

11.2. Ressalta-se que no preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais custos necessários à completa execução do objeto.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

12.2. Entregar os produtos de acordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP e neste Termo de Referência;

12.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa;

12.4. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

12.5. Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regular execução do fornecimento;

12.6. Realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido no item 5.2 deste Termo de Referência, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

12.7. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

12.8. Fornecer os materiais com qualidade, em conformidade com as especificações técnicas e quantitativas exigidas, conforme proposta apresentada;

12.9. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à Administração ou a terceiros;

12.10. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no fornecimento dos materiais;

12.11. Cada fornecimento será realizado mediante emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, podendo ser encaminhado por meio físico ou eletrônico;

12.12. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, carga e descarga, e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral da contratação.





13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa realizar a entrega do objeto, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas, verificando minuciosamente, no momento do recebimento provisório, a conformidade do equipamento com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

13.3. Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, conforme o caso.

13.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e forma previstos neste Termo de Referência, após o recebimento definitivo do objeto e atesto da Nota Fiscal.

13.5. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão designada, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas.

13.6. Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou defeitos.

14. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A entrega do objeto será acompanhada por servidor ou comissão designada, que realizará a verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao prazo, qualidade e quantidade dos itens entregues, devendo o fornecedor apresentar a respectiva Nota Fiscal acompanhada da documentação de regularidade fiscal e trabalhista.

14.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao secretário da pasta, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

14.3 O Chefe do Poder Executivo, bem como Gestor designado, poderá nomear fiscal de contrato.

15. DAS PENALIDADES/SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

16.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

16.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

16.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

16.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais empregados.;

16.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

16.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

16.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

16.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

16.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

16.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º);

16.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

16.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal Saúde – SEMUSA

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

Fichas Orçamentárias: 362

18. INFORMAÇÕES GERAIS

18.1 Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Dispensa Eletrônica de Licitação, serão aplicadas as sanções administrativas prevista no art. 155 da Lei 14.133/2021.

18.2 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

18.3 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

O presente Termo de Referência deve ser revisado pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para aquisição do objeto, podendo apresentar as considerações que





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo de Processos proceda com as correções.

São Francisco do Guaporé - RO, 28 de abril de 2026.

ANDREIA FERNANDA FÉBA

Equipe de Apoio
Portaria nº 24/2026





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ANDREIA FERNANDA FÉBA**, CPF: 009.57*. **2-*0 em **28/04/2026 12:32:09**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12R5.5U32.7097.X56K.2453**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **E2B.96A** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **ANDREIA FERNANDA FÉBA**, CPF: 009.57*. **2-*0 , em **28/04/2026 - 12:32:09**

Código de Autenticidade deste Documento: 12X5.0432.1094.U31E.0024

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.saofrancisco.ro.gov.br/verdocumento>

